

# O Congresso aprova lei que será vetada

14 DEZ 1990

GAZETA MERCANTIL

por João Alexandre Lombardo  
de Brasília

O Congresso aprovou ontem, por unanimidade, uma nova política salarial, assegurando aos trabalhadores com renda de até dez salários mínimos reajustes mensais não inferiores a 90% do IPC apurado no mês anterior. "Foi um jogo de faz-de-contas", afirmou o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), já que o Congresso estava informado de que o presidente Fernando Collor de Mello vetará a nova política.

Ontem mesmo, o secretário Nacional de Política Econômica, do Ministério da Economia, Antônio Kandir, afirmou que a prefixação dos reajustes de salários e preços será vetada, assim como o dispositivo que abre uma linha de crédito às empresas que celebrarem acordos coletivos de estabilidade no emprego. Isso, para que fique claro que o governo não vai estabelecer qualquer controle de preços, informa a editora Claudia Safatle.

Kandir disse que os demais pontos serão analisados durante os quinze dias que o presidente da República terá para pronunciarse sobre o projeto. No Congresso, líderes governistas, entre eles o deputado Ri-

cardo Fiúza (PFL-PE), informaram que apenas os abonos salariais — aquele de Cr\$ 3 mil já concedido em agosto e o novo abono que variará de 5 a 12% sobre o salário dos trabalhadores que receberem até Cr\$ 120 mil em janeiro — serão mantidos.

"Nós vamos votar porque esse é o nosso dever", declarou o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), a propósito das afirmações de que a aprovação do projeto Tidei de Lima era um jogo de cartas marcadas. "Se o governo vetar, mais uma vez a Câmara vai derrubar o veto", desafiou. Como o Congresso entra em recesso a partir de segunda-feira, a polêmica em torno dos salários, que já se arrasta há sete meses, continuará no próximo ano.

Também ontem o Congresso aprovou um projeto de conversão à medida provisória que alterou a Lei das Falências. Caiu a determinação para que as empresas concordatárias se submetessem à auditoria independente e para que pagassem juros pactuados em contrato. No Senado, foi aprovado projeto que liberaliza a comercialização de automóveis.